



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de Unidade Curricular

Curso de Licenciatura

### 1. Nome da Unidade curricular:

Direito Fiscal – TAN

### 2. Informação Complementar:

Duração: Semestral  Anual   
Horas de Trabalho: 168  
Créditos ECTS: 6

### 3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Paula Rosado Pereira – 2 horas semanais – 1<sup>o</sup> semestre

### 4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Paulo Marques, Daniela Pessoa Tavares

### 5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

A presente unidade curricular visa a obtenção, pelos alunos, das bases teóricas do Direito Fiscal, na sua parte geral, em articulação com os princípios constitucionais em matéria fiscal. Não são, também, esquecidas as influências do Direito Europeu e da OCDE sobre o sistema fiscal nacional, bem como a análise crítica de vários dos temas fiscais mais controversos da atualidade.

A unidade curricular visa, igualmente, a apreensão pelos alunos de conhecimentos teóricos e práticos relativamente a vários dos impostos que integram o sistema fiscal português, com especial enfoque no IRS e no IRC. Estes conhecimentos procuram, por um lado, permitir aos alunos a resolução de casos práticos de alguma complexidade sobre os impostos em apreço e, por outro, o desenvolvimento de uma capacidade crítica relativamente à política legislativa e aos regimes fiscais em vigor.

### 6. Conteúdos programáticos:

#### I. Introdução

Caracterização do Direito Fiscal e princípios estruturantes

#### II. Tributos

Conceito de tributos

Impostos, taxas e contribuições financeiras: conceito e elementos essenciais

Posição do Tribunal Constitucional sobre a matéria

Classificações dos impostos

#### III. Relação jurídica tributária

Sujeitos

Categorias



Contribuinte, substituto e substituído tributário  
Responsabilidade tributária  
Sucessão tributária  
Constituição, alteração e extinção da relação jurídica tributária

#### **IV. Princípios constitucionais formais e materiais**

1. Princípio da legalidade fiscal  
A reserva de lei fiscal: justificação, reserva de lei competencial e princípio da tipicidade fiscal  
2. Princípio da proibição da retroatividade fiscal  
Retroatividade e retrospectividade  
A proteção da confiança  
3. Princípio da igualdade fiscal  
Princípio da capacidade contributiva  
4. Princípio da tributação do rendimento real  
5. Princípio da praticabilidade  
Presunções inilidíveis e tipificações legais  
Proibição de presunções e ónus da prova

#### **V. Impostos em especial**

*(permitindo a concretização dos pontos III. e IV. do Programa)*

1. IRS  
Características, estrutura e processo de liquidação do imposto  
Incidência pessoal  
Incidência real - Categorias de rendimentos  
Determinação do rendimento tributável e regime de tributação de cada categoria  
Elementos sintéticos do IRS – Normas comuns do imposto  
2. IRC  
Enquadramento e noções gerais  
3. IVA  
Enquadramento e noções gerais

#### **VI. Interpretação das leis fiscais**

Regras gerais  
Conceitos importados  
O art. 11. da LGT  
Indeterminação legal e analogia

#### **VII. Elisão ou abuso fiscal, evasão e fraude fiscais e planeamento fiscal agressivo**

Segurança jurídica e justiça fiscal  
Planeamento fiscal, evasão fiscal, elisão fiscal  
Cláusula geral antiabuso e cláusulas específicas antiabuso

#### **VIII. Grandes desafios ao nível da fiscalidade nacional e internacional**



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

### **7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:**

Os conteúdos programáticos concretizam os objetivos de aprendizagem da unidade curricular, densificando-os e permitindo o desenvolvimento da análise teórica e prática dos temas.

### **8. Metodologias de ensino:**

Existe uma articulação entre as aulas teóricas e as práticas, bem como um trabalho conjunto dos vários elementos da equipa, no sentido se aliarem as componentes teórica e dogmática do Direito Fiscal com a análise de casos práticos e de jurisprudência.

Os conteúdos programáticos, ao abarcarem tanto a parte geral do Direito Fiscal, como alguns dos impostos estruturantes do nosso sistema, em particular ao nível da tributação do rendimento, visam articular harmoniosamente as perspetivas teóricas e práticas do Direito Fiscal. Procura-se, assim, facilitar a apreensão pelos alunos das bases teóricas e dogmáticas do Direito Fiscal, dotá-los dos conhecimentos necessários para a resolução de casos práticos de alguma complexidade e, ainda, contribuir para o desenvolvimento de uma capacidade crítica relativamente à política legislativa e aos regimes fiscais em vigor.

### **9. Avaliação:**

Efetuada nos termos do Regulamento em vigor.

### **10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:**

A exposição dos conteúdos programáticos visa dotar os alunos das bases teóricas fundamentais para o trabalho a realizar na UC. A análise, a reflexão e o debate crítico sobre temas centrais dos conteúdos programáticos visam o aprofundamento dos conhecimentos e da capacidade crítica dos alunos relativamente aos temas da UC. A resolução de casos práticos permite aprofundar certas matérias e testar as aptidões dos alunos.

### **11. Bibliografia principal:**

*i) Direito Fiscal – Parte geral*

Ana Paula Dourado, *Direito Fiscal - Lições*, 7<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2022

*ii) IRS*

Paula Rosado Pereira, *Manual de IRS*, 5<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2023

*iii) Outra bibliografia*

ANA PAULA DOURADO - *O Princípio da Legalidade Fiscal - Tipicidade, Conceitos Jurídicos Indeterminados e Margem de Livre Apreciação*, Almedina, Coimbra, 2007 – (Vide capítulo I, para a matéria do princípio da legalidade fiscal)

PAULA ROSADO PEREIRA - *Convenções sobre Dupla Tributação no Atual Direito Fiscal Internacional*, 2<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2022

- «As diversas vertentes do princípio da capacidade contributiva e o IRS», in PAULA ROSADO PEREIRA (Coord.) – *Temas de IRS – Princípios Constitucionais, Tributação e Garantias*, Almedina, Coimbra, 2020, pp. 9-80.

SÓNIA MARTINS REIS - «Proibição da retroatividade da lei fiscal no contexto do IRS», in PAULA ROSADO PEREIRA (Coord.) – *Temas de IRS – Princípios Constitucionais, Tributação e Garantias*, Almedina, Coimbra, 2020, pp. 81-138.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

PAULO MARQUES, JOAQUIM MIRANDA SARMENTO, RUI MARQUES - *IRC – Problemas Atuais*, 2ª ed., AAFDL Editora, Lisboa, 2018

NUNO OLIVEIRA GARCIA - *Contencioso de Taxas*, 3ª ed., Almedina Coimbra, 2018

JOÃO RICARDO CATARINO / PAULA ROSADO PEREIRA (Coord,s), *Fiscalidade Internacional – Questões Atuais*, Almedina, Coimbra, 2023

## 12. Observações:

Ao longo das aulas serão sugeridos outros elementos de estudo, para além da Bibliografia principal (v.g. recursos disponíveis na Internet).